

FAM

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

1º semestre de 2017

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

OUTUBRO DE 2017

SUMÁRIO EXECUTIVO

No primeiro semestre de 2017, verificou-se um aumento significativo dos programas de ajustamento municipal em execução e, conseqüentemente, do apoio financeiro prestado pelo FAM aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro.

No conjunto, entre empréstimos concedidos e garantias autónomas prestadas, a assistência financeira disponibilizada atingiu o montante de 232,5 milhões de euros no final do período.

Esta intervenção esteve na origem da recuperação que se tem vindo a verificar por parte dos municípios que se encontram com programas de ajustamento a decorrer, conforme tem sido possível demonstrar através dos relatórios de monitorização trimestral desses programas e da situação financeira de cada um dos municípios.

Os municípios intervencionados reduziram em média, cerca de 26% do respetivo rácio de dívida total, desde a deteção da situação de rutura até à prestação de contas do exercício de 2016, por via das medidas de reequilíbrio orçamental adotadas neste período e incluídas nos programas de ajustamento, bem como da concretização dos planos de reestruturação de dívida previsto na lei de recuperação financeira municipal que institui o FAM.

Do conjunto de Programas iniciados e desenvolvidos desde o arranque do FAM, a grande maioria já se encontra aprovada, tendo alguns iniciado a sua execução no segundo semestre de 2016 e os restantes nos primeiros meses de 2017.

1. **Programas de Ajustamento Municipal em execução (até ao final do primeiro semestre de 2017)**
 - 1.1. Encontram-se aprovados onze Programas de Ajustamento Municipal, dos quais nove se encontram em plena execução.
 - 1.2. **A assistência financeira prestada pelo FAM atingiu o montante de cerca de 232 milhões de euros**, entre empréstimos desembolsados (205M€) e garantias autónomas concedidas (27M€).
 - 1.3. **O conjunto de programas aprovados representa um montante superior a 448M€.**
 - 1.4. Uma parte significativa da assistência financeira prestada pelo FAM,

cerca de 71,7M€, corresponde à substituição de dívida anteriormente concedida diretamente pelo Estado aos municípios, através da DGTF, relativa a anteriores linhas de recuperação financeira municipal (PREDE, PAEL e ATU).

2. Assistência Financeira prevista para 2017

Os desembolsos de assistência financeira, a conceder pelo FAM aos municípios, atingirão cerca de 360 milhões de euros, até ao final de 2017.

3. Financiamento do FAM

3.1. Em 2017, o FAM estima utilizar **cerca de 72,7M€**, ao abrigo da linha de crédito da DGTF, **até ao montante de 250 milhões de euros**, nos termos previstos no artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, com as alterações da Lei nº 69/2015, de 16 de julho.

3.2. O contrato de empréstimo obteve visto prévio do Tribunal de Contas em 3 de abril de 2017.

4. Perspetivas futuras

4.1. O principal objetivo do FAM, nos próximos semestres, será o de continuar a assegurar a monitorização do **cumprimento dos Programas e detetar antecipadamente eventuais desvios**, em conformidade com a estrutura de monitorização definida e implementada pela Direção Executiva.

4.2. Adicionalmente, o FAM irá procurar prestar o apoio necessário aos municípios que, não se encontrando estatisticamente em situação de rutura financeira, têm vindo a revelar capacidade para manter as responsabilidades assumidas perante terceiros.



FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

Sigla	Designação
ABDR	Anexo ao balanço e à demonstração de resultados
AMA	Agência de Modernização Administrativa
CA	Comissão de Acompanhamento do Fundo de Apoio Municipal
CEDIC	Certificados especiais de dívida de curto prazo
CEGER	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
DE	Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da administração Pública
FAM	Fundo de Apoio Municipal
GERFIP	Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado
IGCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público
OE	Orçamento do Estado
PAM	Programa de Ajustamento Municipal
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
QUAR	Quadro de avaliação e responsabilização
RFALEI	Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais
SATAPOCAL	Subgrupo de apoio técnico à aplicação do POCAL

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA	1
II. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL.....	1
III. PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM.....	4
IV. OUTRAS SITUAÇÕES DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA	12
V. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM	14
VI. MONITORIZAÇÃO	17
VII. CONCLUSÕES.....	18

Índice de Quadros

Quadro 1: Evolução da dívida municipal.....	2
Quadro 2: Evolução da dívida total nos municípios aderentes ao FAM	3
Quadro 3: Ponto de situação dos PAM a 30 de junho de 2017	4
Quadro 4: Execução financeira dos PAM	14
Quadro 5: Garantias prestadas pelo FAM.....	16

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da dívida total municipal.....	2
Gráfico 2: Evolução da dívida total nos municípios aderentes ao FAM.....	3
Gráfico 3: Execução financeira dos PAM (30/06/2017)	15
Gráfico 4: Desembolsos efetuados até 30/06/2017.....	16

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Na sequência do relatório anterior, referente ao segundo semestre de 2016, pretende-se apresentar no presente relatório um ponto de situação sobre os programas de ajustamento municipal submetidos ao FAM pelos municípios, quer em situação de obrigatoriedade, quer na situação de entrega facultativa.

Este documento contempla uma análise prévia da evolução da dívida municipal nos últimos quatro anos, com particular destaque para a redução obtida pelos municípios com programas de ajustamento municipal em execução.

No terceiro capítulo deste relatório analisa-se o ponto de situação de cada um dos PAM e a situação dos restantes processos de recuperação que não deram ainda origem a programas de ajustamento.

O capítulo seguinte aborda a execução financeira dos diversos programas, do ponto de vista da assistência prestada pelo FAM, seja por via dos empréstimos concedidos seja por via das garantias autónomas prestadas.

Em segundo, apresenta-se a execução financeira dos empréstimos concedidos pelo FAM, ao abrigo dos programas de ajustamento municipal em vigor, identificando as perspectivas para os próximos semestres.

II. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

A dívida total dos municípios portugueses tem vindo a reduzir-se de forma acentuada nos últimos anos. Do final de 2013 para o final de 2016 assistiu-se a uma diminuição da dívida municipal em cerca de 2,9 mil milhões de euros, passando de 7,9 mil milhões para aproximadamente 5 mil milhões.

Esta redução fez-se sentir igualmente no número de municípios que se encontravam em situações de endividamento (dívida superior a 1,5 vezes a médias das recitas líquidas dos três últimos exercícios). O número de municípios em rutura financeira (rácio da dívida total acima de 3) que se encontravam

situação de recurso obrigatório ao FAM reduziu-se de 29, à data da publicação da Lei do FAM¹, para 7 após a validação das prestações de contas de 2016.

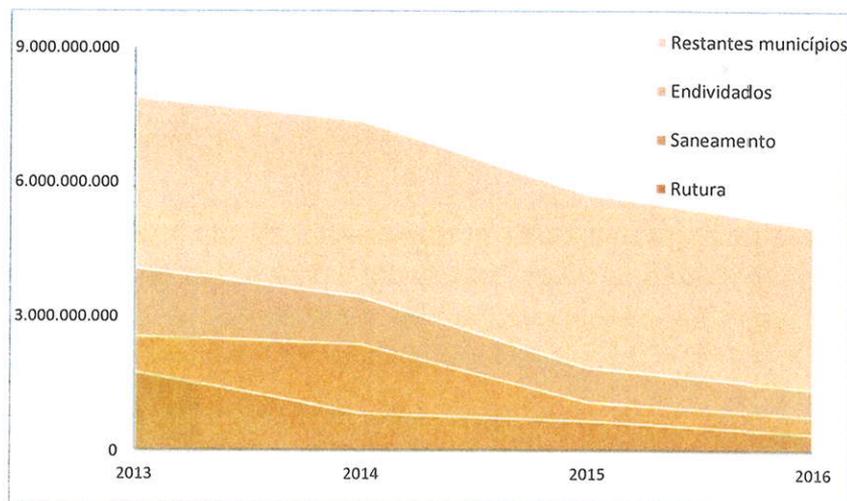
Esta redução da dívida municipal resulta de um conjunto de factores relacionados com a melhoria dos procedimentos de gestão, nomeadamente os associados à assunção de compromissos e à realização de despesa e uma crescente consciencialização dos eleitos para a questões relacionadas com a situação financeira das respectivas autarquias.

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

Situações relativamente a limiares de dívida	2013		2014		2015		2016	
	N.º de municípios	Dívida total relevante						
Rutura financeira (> 3x)	29	1.765.834.155	16	844.455.935	12	675.204.471	7	399.939.826
Saneamento financeiro (2,25 - 3,0)	23	802.563.979	14	1.537.081.530	10	413.825.769	10	386.830.129
Endividados (1,50 - 2,25)	49	1.522.844.280	35	1.058.056.454	24	769.362.768	14	604.993.668
Restantes municípios	207	3.830.010.967	243	3.935.567.041	262	3.885.623.990	277	3.646.780.856
TOTAL	308	7.921.253.380	308	7.375.160.960	308	5.744.016.997	308	5.038.544.480

Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL



Fonte: Elaboração própria

¹ Lei nº 53/2014, de 23 de agosto

A tendência verificada na generalidade dos municípios portugueses foi acentuada nos municípios que se encontram com programas de ajustamento a decorrer, por via da aplicação de medidas de reequilíbrio orçamental mais exigentes e da possibilidade de renegociação com os credores a acrescer aos fatores referidos anteriormente.

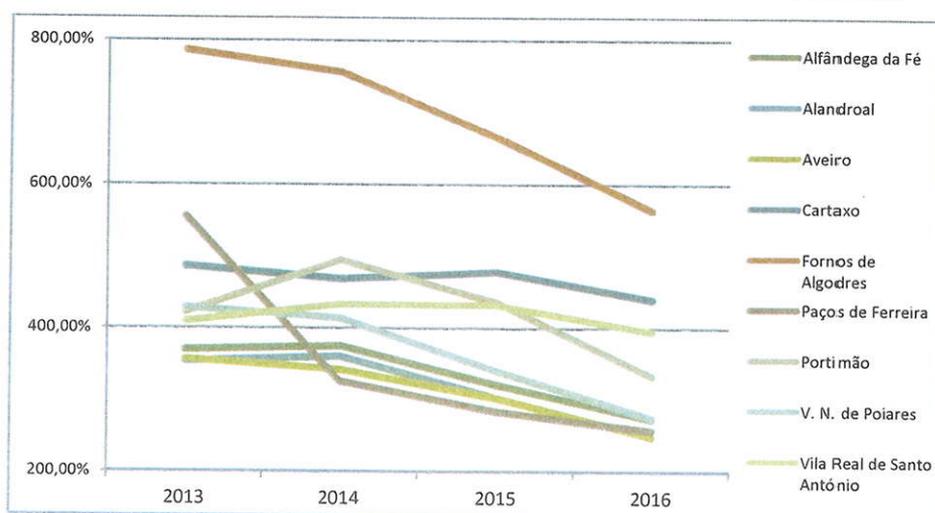
Em média estes municípios viram a sua dívida total reduzida em cerca de 26%, verificando-se por exemplo no caso de Paços de Ferreira uma redução superior a 50%.

QUADRO 2: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL NOS MUNICÍPIOS ADERENTES AO FAM

Ano	Alfândega da Fé	Alandroal	Aveiro	Cartaxo	Fornos de Algodres	Paços de Ferreira	Portimão	V. N. de Poiares	Vila Real de Santo António
2013	369,44%	353,34%	356,28%	485,96%	786,42%	555,50%	421,67%	428,14%	409,08%
2014	375,01%	360,20%	341,80%	468,20%	756,02%	325,82%	494,35%	413,34%	432,82%
2015	321,38%	303,34%	302,96%	478,17%	665,85%	284,02%	435,94%	340,10%	431,97%
2016	273,09%	248,36%	248,84%	439,26%	563,81%	257,02%	332,94%	274,56%	394,87%
Evolução 2013/2016	-26,1%	-29,7%	-30,2%	-9,6%	-28,3%	-53,7%	-21,0%	-35,9%	-3,5%

Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL NOS MUNICÍPIOS ADERENTES AO FAM



Fonte: Elaboração própria

Este desempenho dos municípios com PAM em execução é demonstrativo do ajustamento que tem sido realizado por via dos processos de recuperação financeira desenvolvido sob o abrigo do FAM, permitindo uma redução sustentável da dívida total destas autarquias, algumas das quais incluem a própria amortização de dívidas incorporadas nas suas contas, provenientes das empresas municipais em liquidação.

III. PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM

Neste capítulo pretende-se apresentar o ponto de situação dos programas de ajustamento municipal submetidos à apreciação do FAM, até ao final do primeiro semestre de 2017, elencando o estado de cada processo àquela data, assim como os montantes de assistência financeira aprovados, os valores desembolsados e a perspetiva quanto aos próximos semestres.

Porém, em 2015, solicitaram a adesão ao FAM 18 municípios, dos quais 16 procederam à formalização dos respetivos processos, nomeadamente através da entrega dos programas de ajustamento municipal. Entretanto, os municípios de Portalegre, Santarém, Mourão e Tabuaço viram os seus rácios de dívida total diminuir, pelo que deixaram de ser considerados para efeitos de recuperação financeira municipal.

Do conjunto de 14 programas aprovados ou em avaliação, resulta um **volume de financiamento total a conceder pelo FAM de cerca de 506,7 milhões de euros.**

QUADRO 3: PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM A 30 DE JUNHO DE 2017

Município	Situação Atual	Assistência Financeira	
		Empréstimos	Garantias
Alandroal	Em Execução	16.579.276,00	
Alfândega da Fé	Em Execução	1.502.818,86	
Aveiro	Em Execução	89.451.718,71	
Cartaxo	Em Execução	54.025.183,92	
Celorico da Beira	Em Re-análise	11.364.860,00	
Fornos de Algodres	Em Execução	32.620.056,73	
Nazaré	Em Reformulação	35.596.545,94	
Nordeste	Em avaliação no TC	11.347.957,40	
Paços de Ferreira	Em Execução	36.871.677,56	
Portimão	Em Execução	142.520.995,69	
Santa Comba Dão	Em Re-análise	8.536.781,00	
Vila Franca do Campo	Em avaliação no TC	5.967.375,69	
Vila Nova de Poiares	Em Execução	14.113.947,55	
Vila Real de Santo António	Em Execução	19.619.907,20	26.582.047,88
Total		480.119.102,25	26.582.047,88

Fonte: Propostas de adesão ao FAM.

1. PAM Aprovados

No final do primeiro semestre de 2017, os municípios do Alandroal, Alfândega da Fé, Portimão, Vila Nova de Poiares, Vila Real de Santo António, Aveiro, Fornos de Algodres, Cartaxo e Paços de Ferreira já tinham os respetivos programas em execução, enquanto os municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste têm os seus programas aprovados e a aguardar o visto junto do Tribunal de Contas.

O montante total dos PAM aprovados corresponde a uma assistência financeira, por parte do FAM, de aproximadamente 475,5 milhões de euros, dos quais cerca de 448 milhões relativos a empréstimos e 27,5 milhões a garantias autónomas concedidas.

Nos pontos seguintes apresenta-se um breve resumo de cada um dos programas aprovados, os quais podem ser consultados na íntegra, no sítio eletrónico do FAM em www.fundodeapoio municipal.pt/municípios.

1.1. Em Execução

Para além dos cinco programas em vigor desde 2016 (220,8M€), **no primeiro semestre de 2017 entraram em execução os PAM de Aveiro (com assistência financeira contratualizada de 85,5M€), Cartaxo (52M€), Fornos de Algodres (32,6M€) e Paços de Ferreira (35,1M€), no valor de 205,2M€, pelo que totalizam os 426 M€.**

Os empréstimos de assistência financeira são disponibilizados pelo FAM através de desembolsos trimestrais, ocorrendo o primeiro 15 dias após o visto prévio do Tribunal de contas e os restantes, na sequência da aprovação dos relatórios de monitorização elaborados pelo FAM (ver cap. V).

Nas próximas subsecções apresentam-se os nove programas que se encontram atualmente em execução.

1.1.1. Município de Alfândega da Fé

O PAM do Município de Alfândega da Fé entrou em vigor em março de 2016 e tem um prazo de implementação de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de



€1.502.818,86, com o objectivo de amortizar as dívidas de natureza financeira. A taxa de juro contratualizada é de 3,2%.

Através deste programa foi desenvolvida uma estratégia de recuperação financeira que visou sobretudo, reestruturar a dívida de natureza financeira, seja através da assunção, por parte do FAM, do empréstimo PAEL detido pelo Município junto da DGTF, seja através da negociação com os credores do sector bancário, ao abrigo do PRD, dos empréstimos contraídos anteriormente, cujas taxas de juro eram bastante onerosas para o orçamento municipal. Com estas medidas o Município irá reduzir substancialmente os seus encargos anuais com a dívida de médio e longo prazo, o que lhe permitirá encetar uma trajectória de redução sustentada da dívida à medida que ganha uma maior capacidade para fazer face aos serviços essenciais que deve prestar à população.

O primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, realizado em 2016, no montante de €1.382.818,86, corresponde ao capital efectivamente em dívida dos empréstimos a amortizar, não sendo previsível que venham a ser necessários novos desembolsos face à redução acentuada da dívida que o município tem vindo a desenvolver.

1.1.2. Município de Vila Nova de Poiares

O PAM do Município de Vila Nova de Poiares entrou em vigor em julho de 2016 e tem um prazo de implementação de 25 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €14.113.947,55, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e não financeira.

O Município havia recorrido em 2014 ao Apoio Transitório de Urgência (ATU) por não possuir capacidade financeira para honrar os seus compromissos de curto prazo. Face a este cenário, o PAM desenvolvido, visou fazer face ao pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, assim como criar condições para que o Município pudesse assumir a realização das suas competências básicas no curto prazo.

O programa desenvolvido, incorporou uma forte componente de reestruturação da dívida financeira, assumindo através da assistência financeira do FAM a amortização de empréstimos junto do sector bancário e do próprio

Estado, cujos encargos com a dívida eram demasiado onerosos para a capacidade financeira do Município.

Após o primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira realizado em 2016, no montante de €11.423.784,13, foram efectuados novos desembolsos de €538.032,68 no primeiro semestre de 2017 na sequência da entrega aprovação do relatório de monitorização.

1.1.3. Município de Portimão

O PAM do Município de Portimão entrou em vigor em outubro de 2016, com um prazo de 27 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €142.520.995,69, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira. Este Programa obteve o Visto do Tribunal de Contas, em 3 de outubro de 2016.

O programa de ajustamento desenvolvido visou em primeiro lugar permitir o pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, nomeadamente as contraídas pela empresa municipal Portimão Urbis, atualmente em liquidação e com particular incidência no elevado conjunto e volume financeiro de dívidas provenientes de contratos de factoring. As medidas desenvolvidas e o prazo estabelecido para o programa, visam sobretudo acomodar o elevado volume de dívida num cronograma de pagamentos sustentável para o Município, cuja capacidade de gerar receitas e de assegurar a prestação de serviços à população (incluindo a sazonal) é bastante superior à média.

Até ao final do primeiro semestre de 2017, a assistência financeira transferida pelo FAM para o Município de Portimão cifrou-se em €60.513947,25, dos quais €27.279.450,34 correspondem a desembolsos realizados no presente ano.

1.1.4. Município de Alandroal

O PAM do Município de Alandroal entrou em vigor em setembro de 2016, com um prazo de implementação de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €16.579.276, com o objectivo de amortizar as respectivas dívidas de natureza financeira.

Através do PAM aprovado foi possível desenvolver uma estratégia de reestruturação da dívida de natureza financeira e de negociação com os credores da dívida de natureza comercial, que irá permitir ao Município encetar um recuperação financeira sustentável e consentânea com os reduzidos recursos que tem capacidade para gerar anualmente.

Após o desembolso inicial no montante de €11.425.000,00, realizado ainda em 2016, foram efectuados novos desembolsos durante os primeiros seis meses de 2017 no montante de €1.405.000,00.

1.1.5. Município de Vila Real de Santo António

O PAM do Município de Vila Real de Santo António entrou em vigor em setembro de 2016, com um prazo de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €19.619.907,20 através de empréstimo e de €28.150.000 através de garantias autónomas prestadas pelo FAM, como contrapartida da reestruturação da dívida financeira com o objectivo de amortizar os empréstimos cujos encargos eram mais onerosos para as contas do Município.

O PAM desenvolvido visa assim criar condições para o Município fazer face às dívidas acumuladas em anos anteriores e definir medidas de reequilíbrio orçamental que permitam criar novas fontes de receita e reduzir as despesas correntes, criando condições para aumentar os saldos orçamentais gerados anualmente, promovendo uma redução sustentável da dívida e evitando a sua acumulação em anos futuros.

Em 2016, foi efectuado um primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, no montante de €5.541.756,45, correspondente ao capital efectivamente em dívida dos empréstimos a amortizar. Foram na mesma data concedidas garantias autónomas até no montante de €28.150.000.

Durante o primeiro semestre de 2017 foi efectuado um desembolso no montante de €444.435,22 correspondentes a passivos financeiros transitados em julgado.

1.1.6. Município de Aveiro

O PAM do Município de Aveiro entrou em vigor em janeiro de 2017, com um prazo de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €85.511.148,57, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira (incluindo o ATU no montante de 10,5 M€) e não financeira, tanto do Município como das empresas participadas que se encontram em liquidação.

Este programa tem como objetivo principal permitir ao Município o pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, uma vez que possui a capacidade de gerar receitas próprias em volume suficiente para não voltar a acumular dívida. Entre essas medidas salienta-se o aumento gradual do IMI, previsto para os dois primeiros anos, que representa um acréscimo significativo da receita cobrada o que, em conjunto com a redução dos encargos com a dívida previstos no PAM, irão permitir ao Município gerar saldos suficientes para voltar a assegurar os serviços essenciais à população sem necessidade de gerar novos défices.

Até ao final do primeiro semestre de 2017 a assistência financeira prestada pelo FAM ao Município de Aveiro atingiu o montante de €48.013.407,57.

1.1.7. Município do Cartaxo

O PAM do Município do Cartaxo entrou em execução em março de 2017 e tem um prazo de implementação de 30 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €52.035.854,77, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira (incluindo o ATU no valor de 4,8M€) e não financeira.

A recuperação financeira do Município assenta num conjunto de medidas que visam a reestruturação dos empréstimos de médio e longo prazo com maior serviço de dívida, das dívidas de natureza comercial provenientes de anos anteriores e das dívidas contraídas pela empresa municipal RUMO 2020 em liquidação.

Face à reduzida capacidade do Município para gerar novas receitas, o PAM aprovado visa criar condições para a implementação de medidas estruturantes de

otimização da receita e de contenção das despesas, que em conjunto com a redução dos encargos anuais com o serviço da dívida que lhe permitirão gerar saldos orçamentais positivos durante a vigência do programa.

O Município do Cartaxo beneficiou, até 30 de junho de 2017, de uma assistência financeira no montante de €18.717.620,99.

1.1.8. Município de Fornos de Algodres

O PAM do Município de Fornos de Algodres entrou em vigor em março de 2017, com **um prazo de implementação de 35 anos**, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €32.620.056,73, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza exclusivamente financeira.

Este PAM tem como objetivo reestruturar a dívida de natureza financeira resultante do empréstimo de reequilíbrio financeiro contraído pelo Município em 2010, cujo serviço da dívida é incomportável para o Município. Em resultado do referido empréstimo, o Município continua a manter o maior rácio da dívida total, representando **mais de sete vezes** a sua média das receitas líquidas, dos últimos três anos.

Ainda assim, o Município não tem vindo a acumular novas dívidas de curto prazo, não registando inclusivamente quaisquer pagamentos em atraso a fornecedores. Como tal, face à incapacidade do Município em gerar receitas adicionais, o PAM contempla exclusivamente a reestruturação da dívida financeira, através da concessão de um prazo mais alargado para a sua liquidação, condição essencial para assegurar uma gestão adequada da sua tesouraria.

O primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira no montante de €27.521.447,26, permitiu ao Município amortizar na totalidade o empréstimo de saneamento financeiro que o Município detinha desde 2010 e cujos encargos anuais eram incompatíveis com a capacidade financeira do Município.

Tendo em conta a aprovação pela Assembleia Municipal de duas alterações ao contrato prevendo, nomeadamente, a amortização do empréstimo sem período de carência inicial e pagamentos mensais de capital e juros, o Município procedeu à amortização de €52.421,80 até ao final do primeiro semestre de 2017.

1.1.9. Município de Paços de Ferreira

O PAM do Município de Paços de Ferreira entrou em vigor em 1 de junho de 2017, com um prazo de implementação de 30 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de 35.945.140,11, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e comercial.

O primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira foi efetuado no mês de junho de 2017, no montante de €18.022.914,99.

1.2. A aguardar visto do TC, em 30/06/2017

Os municípios de Santa Comba Dão (8,5M€), Nordeste (11,3M€) e Vila Franca do Campo (6M€) têm os seus programas aprovados, embora os processos ainda não estivessem, à data de 30 de junho de 2017, concluídos junto do Tribunal de Contas.

1.2.1. Município de Vila Franca do Campo²

O PAM do Município de Vila Franca do Campo foi aprovado pela Direção Executiva, em 14 de dezembro de 2016, com um prazo de 15 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €5.967.375,69, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e não financeira das empresas municipais em liquidação.

1.2.2. Município de Santa Comba Dão

O PAM do Município de Santa Comba Dão foi aprovado pela Direção Executiva do FAM em 16 de dezembro de 2015, com um prazo de implementação de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um

² O Município de Vila Franca do Campo, apresentou em 2015 uma primeira proposta de PAM, pelo prazo de 20 anos, que previa a assistência financeira do FAM no montante de €1.500.000, para fazer face às dívidas de natureza não financeira das empresas municipais em liquidação, cujo visto prévio viria a ser recusado pelo Tribunal de Contas, em abril de 2016.

empréstimo até ao montante de €8.536.781,00, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza não financeira.

Embora este PAM tenha sido aprovado ainda em 2016, por via da redução da sua dívida total, o Município encontrava-se, até ao final do primeiro semestre de 2017, a desenvolver esforços no sentido de obter propostas para financiamento através de saneamento financeiro.

1.2.3. Município de Nordeste

O PAM do Município de Nordeste foi aprovado pela Direção Executiva, em dezembro de 2016, com um prazo de 15 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €11.347.957,40, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e as dívidas das empresas municipais em liquidação.

IV. OUTRAS SITUAÇÕES DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

A LFAM prevê, no artigo 52º, alterado pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho, a possibilidade da Direção Executiva do FAM conceder a suspensão de apresentação de PAM aos municípios com outros programas de recuperação ou saneamento financeiro em curso, desde que para tal o requeiram.

A LFAM permite aos municípios, em situação de adesão facultativa, a possibilidade de apresentarem um Plano de Saneamento Financeiro, ficando deste modo dispensados da apresentação de um PAM.

A Lei do OE de 2016, permitiu o recurso ao FAM para a reestruturação das dívidas dos municípios cujo rácio da dívida total fosse inferior a 2,25, mediante a apresentação de um PAM.

1. PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL NOUTRAS SITUAÇÕES

1.1. Município de Celorico da Beira

O PAM do Município de Celorico da Beira foi aprovado pela Direção Executiva do FAM em 1 de Setembro de 2015 e tem um prazo de implementação de 20 anos, através de um empréstimo até ao montante de €11.364.221,41, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza não financeira, estando em curso uma solução de recurso ao saneamento financeiro.

1.2. Município da Nazaré

O programa apresentado pelo Município da **Nazaré** encontra-se em fase de avaliação, tornando-se necessária a reformulação de alguns dados e a prestação de informação adicional, relativamente às questões colocadas pela Direção Executiva do FAM.

O total da assistência financeira solicitado por este município é de cerca de **35,6 Milhões de euros**.

2. SUSPENSÕES

Desde o início do FAM, foram apresentados **25 pedidos de suspensão** de apresentação de PAM, referentes aos seguintes Municípios: **Castanheira de Pêra, Covilhã, Faro, Freixo de Espada à Cinta, Fundão, Seia, Trofa, Santa Cruz, Velas, Calheta de S. Jorge, Machico, Tabuaço, Vieira do Minho, Vila Nova de Gaia, São Vicente, Lajes do Pico, Ribeira Brava, Mondim de Basto, Castelo de Paiva, Montemor-o-Velho, Alijó, Alpiarça, Lamego Mesão Frio e Vizela**.

A Direção Executiva aprovou a totalidade destes pedidos, por verificar que a execução dos programas de recuperação financeira destes municípios estava de acordo com as previsões e os objetivos definidos nesses programas.

No primeiro semestre do corrente ano foram reavaliados, nos termos do n.º 3 do artigo 52.º da Lei do FAM, **5 pedidos de manutenção da suspensão**, quanto à apresentação de um PAM junto do FAM, reavaliação que passou pela verificação do cumprimento dos programas atuais quanto ao seu objetivo primeiro, o reequilíbrio estrutural conjuntamente com a determinação de condições capazes de garantir a sustentabilidade financeira do município, em paralelo com a efetiva

redução do valor da Dívida Total, de acordo com a informação prestada anualmente pela DGAL, através do SIIL.

3. SANEAMENTO FINANCEIRO

O Município de Évora apresentou um Plano de Saneamento Financeiro (PSF), tendo a Direção Executiva dispensado a autarquia da apresentação do PAM, por esta se encontrar em situação de adesão facultativa.

O PSF apresentado contempla um empréstimo de 32,5 M€ junto da banca comercial, pelo prazo de 14 anos, com uma taxa de juro de 2,5%.

V. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM

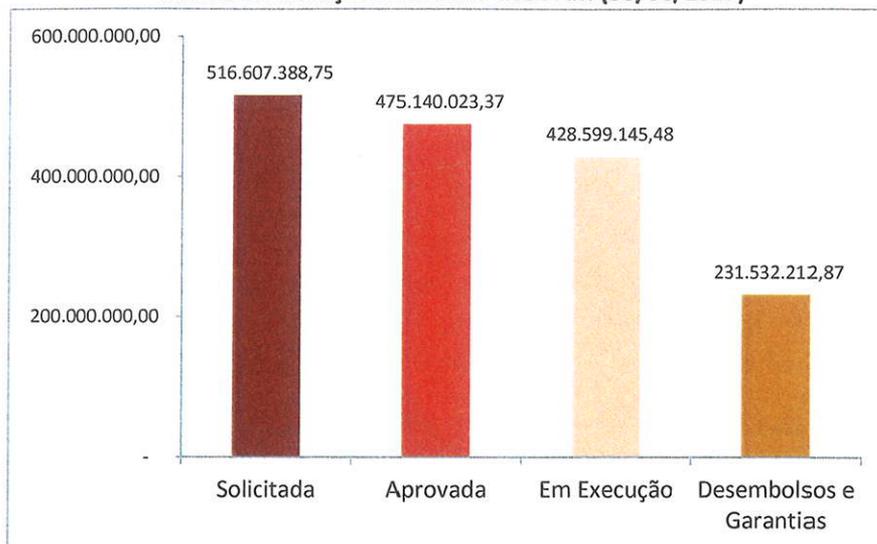
Até ao final do segundo semestre de 2016, o FAM prestou assistência financeira aos municípios com programas em vigor, **no montante de €175,3M€** repartidos pelos nove programas de ajustamento em vigor, através do desembolso das prestações dos respetivos empréstimos.

QUADRO 4: EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

Mutuário	Montante contratual	Data do contrato	Utilizações	Vencimentos		Capital vincendo
			Montante	Capital	Juros	
Município de Alfândega da Fé	1.502.818,86	19-10-2015	1.382.818,86	0	24.397,85	1.382.818,86
Município de V. N. de Poiares	14.113.947,55	30-06-2016	11.961.816,81	0	103.861,22	11.961.816,81
Município do Alandroal	16.579.276,00	23-08-2016	12.830.000,00	0	100.524,13	12.830.000,00
Município de Portimão	142.520.995,69	20-09-2016	60.513.947,25	0	373.308,55	60.513.947,25
Município de Vila Real de Santo António	19.619.907,20	11-05-2016	5.986.191,67	0	60.158,09	5.986.191,67
Município de Aveiro	85.511.148,57	23-01-2017	48.013.407,57	0	316.973,00	48.013.407,57
Município do Cartaxo	52.035.854,77	24-02-2017	18.717.620,58	0	67.331,44	18.717.620,58
Município de Fornos de Algodres	32.620.056,73	14-12-2016	27.521.447,26	52.421,80	68.230,25	27.469.025,46
Município de Paços de Ferreira	35.945.140,11	26-04-2017	18.022.914,99	0	0,00	18.022.914,99
TOTAL	400.449.145,48		204.950.164,99	52.421,80	1.114.784,53	204.897.743,19

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3: Execução financeira dos PAM (30/06/2017)



Fonte: Elaboração própria

Acresce a estes montantes a prestação de garantias autónomas, no valor de 26,6M€, ao Município de Vila Real de Santo António.

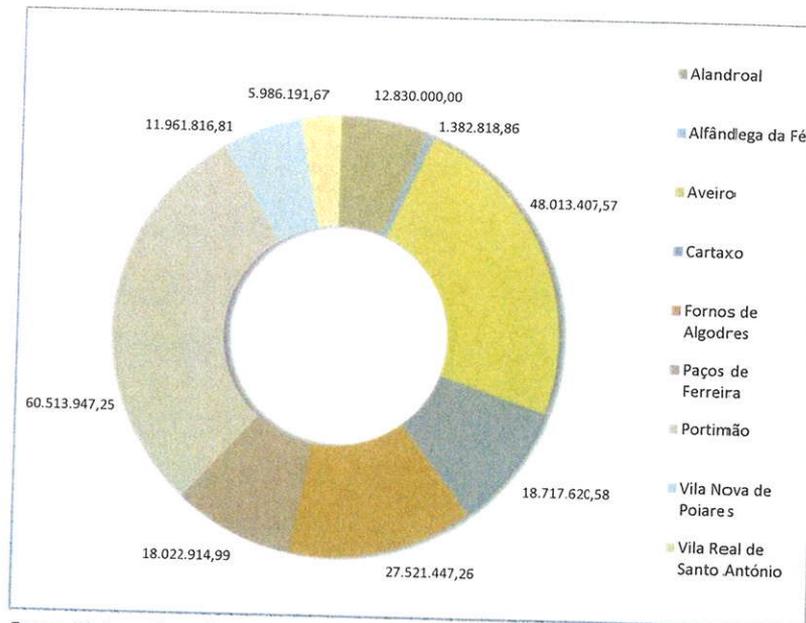
1. Empréstimos de Assistência Financeira

Até ao final do primeiro semestre de 2017, o montante de desembolsos efetuados pelo FAM atingiu o montante de **€204.897.743,19**, por conta dos empréstimos de assistência financeira (cfr. Quadro 3).

Os montantes emprestados pelo FAM, correspondentes aos desembolsos de cada um dos empréstimos, serviram para os municípios liquidarem as dívidas com os credores que acederam negociar a redução da dívida e a amortizar as dívidas de natureza financeira geradoras de maiores encargos.

Os desembolsos previstos nos empréstimos de assistência financeira são definidos tendo em consideração a situação específica de cada município, nomeadamente no que se refere à composição da dívida a pagar, às prioridades estabelecidas em sede de negociação com os credores, à capacidade para fazer ao serviço da dívida (amortizações constantes ou amortizações progressivas), ao prazo e à carência de capital previstos em cada programa.

GRÁFICO 4: DESEMBOLSOS EFETUADOS ATÉ 30/06/2017



Fonte: Elaboração própria

2. Concessão de garantias autónomas

Foram concedidas ao Município de Vila Real de Santo António, garantias autónomas no montante inicial de €28.150.000,00, atualmente atingem o valor de €26.582.047,88, para fazer face à reestruturação da dívida de natureza financeira junto das entidades bancárias, **onde o município possuía empréstimos com taxas bastante elevadas (6 a 8%), tendo sido reduzidas para uma taxa média de 2,5%.**

QUADRO 5: GARANTIAS PRESTADAS PELO FAM

(em €)

Beneficiário	Natureza	Montante atual garantido	Movimentos 30/06/2017		Obs.
Município de Vila Real de Santo António	Garantias Bancárias	26.582.047,88	Comissão Total Anual	39.873,08	A comissão de garantia cobrada em 2017 corresponde a 0,15% do montante inicial

Fonte: Elaboração própria

Com esta operação, o município assegura uma poupança anual de 460.000,00€ nos juros pagos relativamente a estes empréstimos bancários, **pele que a poupança total atingirá os 9,2 M€, durante os 20 anos de vigência do empréstimo de assistência financeira do FAM.**

3. Desembolsos previstos para 2017

O volume de desembolsos previstos para o ano de 2017 decorre, em grande medida, da execução dos programas em vigor, dos pendentes da concessão de visto pelo Tribunal de Contas e daqueles que se encontram em aprovação e/ou processo de avaliação pela Direção Executiva do FAM.

As estimativas efetuadas pela Direção Executiva do FAM, para o ano de 2017, apontam para a concessão de empréstimos na ordem dos 300M€, devendo este valor acrescer à assistência financeira concedida aos municípios em 2016, pelo que o financiamento efetivamente concedido, nestes dois primeiros anos, será de **cerca de 360M€**.

O capital social do FAM já realizado é de 207,4M€, estimando-se que no final de 2017, com a realização das prestações de junho e de dezembro, este venha a atingir o montante de 278M€. Ora, com a entrada em vigor dos PAM que se encontram em aprovação, o FAM terá que recorrer à linha de crédito, contratualizada com a DGTF, **até ao montante de cerca de 72,7M€**.

VI. MONITORIZAÇÃO

No decurso do primeiro semestre de 2017 foram produzidos 4 relatórios de monitorização dos PAM, relativos aos municípios de Alandroal, Aveiro, Portimão e Vila Nova de Poiares.

Nestes relatórios é avaliado o cumprimento das medidas definidas no PAM, nomeadamente ao nível da otimização das receitas, da redução das despesas e do cumprimento dos saldos estabelecidos.

O processo de monitorização estabelecido pela DE abrange ainda a avaliação do cumprimento do plano de pagamentos estabelecido ao abrigo do Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e dos níveis de endividamento. O cumprimento generalizado dos objectivos previstos determina a libertação dos desembolsos trimestrais dos empréstimos de assistência financeira.

Nas análises efetuadas tem sido possível concluir pelo cumprimento sistemático, por parte dos municípios, das medidas definidas nos contratos assinados entre as partes, fator que se reflete na diminuição dos rácios de dívida total que têm vindo igualmente a evidenciar.

VII. CONCLUSÕES

Até ao final do primeiro semestre de 2017, os PAM aprovados representam uma assistência financeira de cerca de 448 milhões de euros, dos quais foi já transferido pelo FAM para os respetivos municípios, um total de 205 milhões de euros acrescidos da prestação de garantias autónomas valorizadas em cerca de 26,6 milhões de euros.

Até ao final de 2017, estima-se que os desembolsos dos empréstimos em vigor e daqueles cuja aprovação deverá ocorrer até ao final do segundo semestre, venham a atingir os 360 milhões de euros.

Assim, para além da conclusão das aprovações dos PAM que ainda estavam em curso, a atividade do FAM neste período centrou-se igualmente na monitorização dos PAM que se encontram em vigor, através da análise ao cumprimento da execução orçamental face às metas previstas no PAM, bem como ao cumprimento das medidas de reequilíbrio definidas e ao cumprimento das responsabilidades assumidas com os credores.

A Direção Executiva do FAM tem vindo a concentrar uma parte significativa dos seus esforços na monitorização e acompanhamento rigoroso dos PAM e na divulgação da informação produzida, nomeadamente, através da publicitação dos relatórios produzidos, de forma acessível, transparente e compreensível a todos os cidadãos.

No período em análise, é possível fazer um balanço bastante positivo, quanto aos impactos dos programas de ajustamento e da assistência financeira prestada pelo FAM, pois verifica-se uma descida acentuada dos rácios de dívida total dos municípios aderentes aos processos de recuperação financeira municipal.

Por fim, importa realçar que uma parte significativa da assistência financeira prestada e a prestar pelo FAM, cerca de 81,6M€, corresponde à substituição de dívida anteriormente concedida diretamente pelo Estado aos municípios, através da DGTF, relativa a anteriores linhas de recuperação financeira municipal (PREDE, PAEL e ATU).

Lisboa, 11 de outubro de 2017

A Direção Executiva,

Miguel Angelo
da Cunha
Goncalves de
Almeida

Digitally signed by Miguel Angelo
da Cunha Goncalves de Almeida
DN: cn=PT, ou=MULTICERT-CA,
ou=MULTICERT-BA, ou=Corporate,
ou=Agencia de Gestao da
Tesouraria e da Divida Publica -
IGCP, ou=FUNDO DE APOIO
MUNICIPAL, ou=Personal ID,
cn=Miguel Angelo da Cunha
Goncalves de Almeida
Date: 2017.10.12 16:44:47 +01'00'

Manuel
Moreira
Claro

Assinado de forma digital por
Manuel Moreira Claro
DN: cn=PT, ou=MULTICERT-CA,
ou=MULTICERT-BA,
ou=Corporate, ou=Agencia de
Gestao da Tesouraria e da Divida
Publica - IGCP, ou=FUNDO DE
APOIO MUNICIPAL, ou=Personal
ID, cn=Manuel Moreira Claro
Dados: 2017.10.12 16:48:31
+01'00'

Carla
Maria
Lamego
Ribeiro

Assinado de forma digital por
Carla Maria Lamego Ribeiro
DN: cn=PT, ou=MULTICERT-CA,
ou=MULTICERT-BA,
ou=Corporate, ou=Agencia de
Gestao da Tesouraria e da
Divida Publica - IGCP,
ou=FUNDO DE APOIO
MUNICIPAL, ou=Personal ID,
cn=Carla Maria Lamego Ribeiro
Dados: 2017.10.12 16:54:25
+01'00'

ANEXO 1: FICHAS DE MONITORIZAÇÃO DOS PAM EM VIGOR

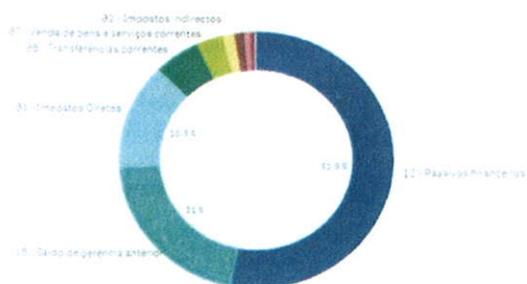


Principais Indicadores Financeiros

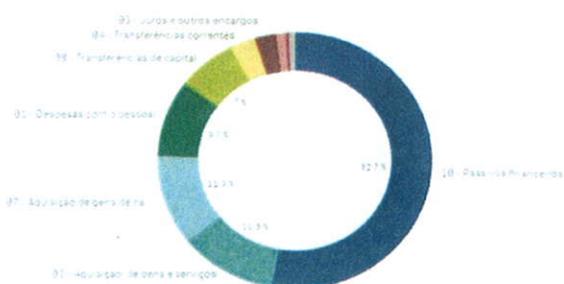
1T 2017

 Receita Efetiva 23.704.335 € ^{+3,1%} <small>vs. 1.º Tr. Receita Efetiva</small>	 Dívida Financeira 60.912.596 €	 Saldo Global Efetivo -7.384.904 € ^{+18.628.872 €} <small>vs. 1.º Tr. Saldo Global Efetivo</small>
 Despesa Efetiva 31.089.239 € ^{-26,3%} <small>vs. 1.º Tr. Despesa Efetiva</small>	 Dívida Não Financeira 25.932.693 €	 Saldo Primário Efetivo -5.702.785 € ^{+9.745.419 €} <small>vs. 1.º Tr. Saldo Primário Efetivo</small>
 Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida 43.057.535 € ^{+19,8%} <small>vs. 1.º Tr. 2017</small>	 Dívida Total Relevante 105.655.507 €	 Despesa de Investimento / Receita Efetiva 31,6% ^{+24,2%} <small>vs. 1.º Tr. Desp. Invest. / Receita Efetiva</small>
 Receita Corrente 23.054.229 € ^{+4,8%} <small>vs. 1.º Tr. Receita Corrente</small>	 Despesa Corrente 18.782.888 € ^{+21,4%} <small>vs. 1.º Tr. Despesa Corrente</small>	 Saldo Total 5.388.633 € ^{+1.483.523 €} <small>vs. 1.º Tr. Saldo Total</small>
 Receita de Capital 48.664.666 € ^{+3,6%} <small>vs. 1.º Tr. Receita Capital</small>	 Despesa de Capital 47.547.375 € ^{+16,1%} <small>vs. 1.º Tr. Despesa Capital</small>	 Transf. e Subs. / Receita Efetiva 29,6% ^{-4,7%} <small>vs. 1.º Tr. Transf. e Subs. / Receita Efetiva</small>
 Receita Própria 18.155.665 € ^{+8,8%} <small>vs. 1.º Tr. Receita Própria</small>	 Serviço da Dívida 36.652.022 € ^{+9,4%} <small>vs. 1.º Tr. Serviço da Dívida</small>	 DPSD / Receita Efetiva 181,6% ^{+15,7%} <small>vs. 1.º Tr. DPSD / Receita Efetiva</small>

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa



FAM

FINANÇAS E MERCADO



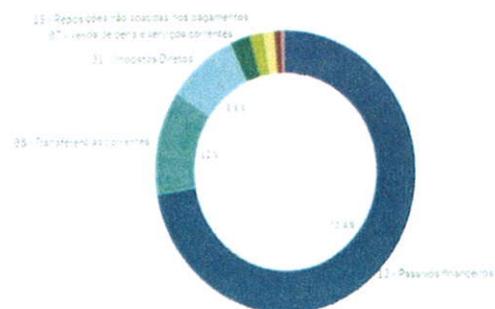
FAM
 FUNDADO DE APOIO
 MUNICIPAL
 PAM: 52,4 ME
 Prazo: 30 anos
 Início: 02/03/2017

1T 2017

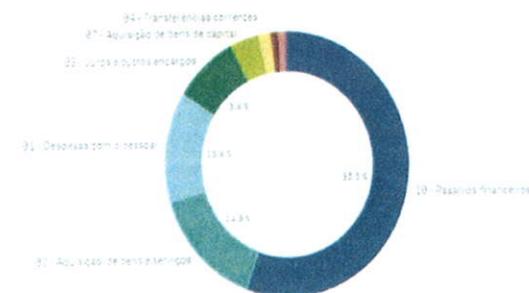
Principais Indicadores Financeiros

Receita Efetiva 7.137.445 € ^{+4,1%} / _{-1,1% (vs. Período Anterior)}	Dívida Financeira 50.302.772 €	Saldo Global Efetivo -2.652.542 € ^{+281.183 €} / _{-1,1% (vs. Período Anterior)}
Despesa Efetiva 9.789.986 € ^{+0,8%} / _{-1,1% (vs. Despesa Efetiva)}	Dívida Não Financeira 809.725 €	Saldo Primário Efetivo -763.503 € ^{+332.382 €} / _{-1,1% (vs. Saldo Primário Efetivo)}
Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida 17.142.364 € ^{+31,4%} / _{+1,1% (vs. DPSD)}	Dívida Total Relevante 53.450.884 €	Despesa de Investimento / Receita Efetiva 11,8% ^{-14,7%} / _{-1,1% (vs. Despesa Invest. / Receita Efetiva)}
Receita Corrente 3.291.395 € ^{+3,9%} / _{-1,1% (vs. Receita Corrente)}	Despesa Corrente 8.765.085 € ^{+0,4%} / _{-1,1% (vs. Despesa Corrente)}	Saldo Total 3.770.462 € ^{+8.755.278 €} / _{-1,1% (vs. Saldo Total)}
Receita de Capital 19.563.671 € ^{+2,8%} / _{-1,1% (vs. Receita Capital)}	Despesa de Capital 13.319.518 € ^{+35,4%} / _{-1,1% (vs. Despesa Capital)}	Transf. e Subs. / Receita Efetiva 7,7% ^{+9,5%} / _{-1,1% (vs. Transf. e Subs. / Receita Efetiva)}
Receita Própria 3.675.032 € ^{+1,1%} / _{-1,1% (vs. Receita Própria)}	Serviço da Dívida 14.141.649 € ^{+33,4%} / _{-1,1% (vs. Serviço da Dívida)}	DPSD / Receita Efetiva 240,2% ^{+124,1%} / _{-1,1% (vs. DPSD / Receita Efetiva)}

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa**





Principais Indicadores Financeiros

1T 2017

Receita Efetiva
48.197.601 € ^{7,9%}
% Var. Receita Efetiva

Dívida Financeira
60.870.184 €

Saldo Global Efetivo
-26.139.666 € ^{-4,4%}
% Var. Saldo Global

Despesa Efetiva
74.337.267 € ^{6,5%}
% Var. Despesa Efe.

Dívida Não Financeira
56.902.947 €

Saldo Primário Efetivo
-15.067.248 € ^{25,5%}
% Var. Saldo Primário Efetivo

Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida
29.462.183 € ^{20,1%}
% Var. DPSD

Dívida Total Relevante
140.315.768 €

Despesa de Investimento / Receita Efetiva
7,2% ^{-4,1%}
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva

Receita Corrente
47.178.291 € ^{6,1%}
% Var. Receita Corrente

Despesa Corrente
68.753.745 € ^{9,3%}
% Var. Despesa Corrente

Saldo Total
4.911.117 € ^{52,7%}
% Var. Saldo Total

Receita de Capital
35.492.666 € ^{3,2%}
% Var. Receita Capital

Despesa de Capital
9.006.095 € ^{6,7%}
% Var. Despesa Capital

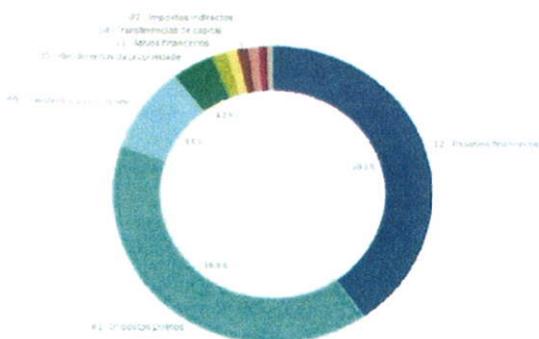
Transf. e Subs. / Receita Efetiva
38,5% ^{7,8%}
% Var. Transf e Subs. SEL / Receita Efetiva

Receita Própria
39.430.194 € ^{8,1%}
% Var. Receita Própria

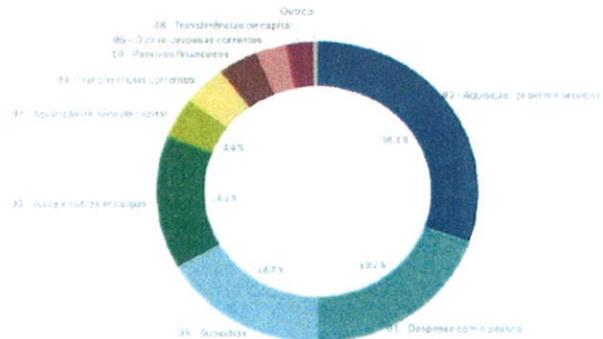
Serviço da Dívida
14.167.008 € ^{93,8%}
% Var. Serviço da Dívida

Taxa de comparticipação fin. comunitário
8,5% ^{6,1%}
% Var. Taxa Comparticipação

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa





VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

FAM

PAM: 19,6 M€
Prazo: 20 anos
Início: 11/10/2016

1T 2017

Principais Indicadores Financeiros



Receita Efetiva

24.864.887 € ^{+8,2%}
% Var. Receita Efetiva



Dívida Financeira

61.691.187 €



Saldo Global Efetivo

-799.450 € ^{+1.537.788 €}
% Var. Saldo Global Efetivo



Despesa Efetiva

25.664.337 € ^{+8,8%}
% Var. Despesa Efetiva



Dívida Não Financeira

10.876.670 €



Saldo Primário Efetivo

2.912.375 € ^{+2.784.718 €}
% Var. Saldo Primário Efetivo



Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida

14.591.280 € ^{+2,4%}
% Var. DPSP



Dívida Total Relevante

74.473.899 €



Despesa de Investimento / Receita Efetiva

2,0% ^{+0,5%}
% Var. Despo. Invest. / Receita Efetiva



Receita Corrente

20.940.496 € ^{+3,8%}
% Var. Receita Corrente



Despesa Corrente

23.077.970 € ^{+1,5%}
% Var. Despesa Corrente



Saldo Total

1.220.443 € ^{+1.337.921 €}
% Var. Saldo Total



Receita de Capital

9.466.148 € ^{+13,0%}
% Var. Receita Capital



Despesa de Capital

6.108.230 € ^{+5,1%}
% Var. Despesa Capital



Transf. e Subs. / Receita Efetiva

22,3% ^{+1,6%}
% Var. Transf. e Subs. / Receita Efetiva



Receita Própria

21.054.882 € ^{+13,0%}
% Var. Receita Própria



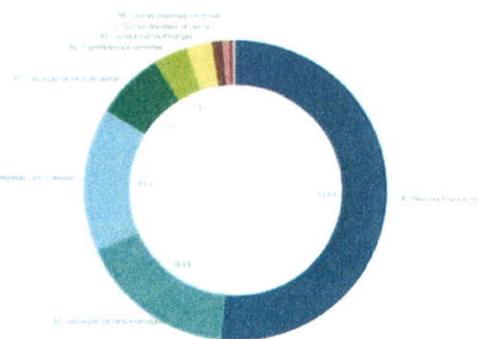
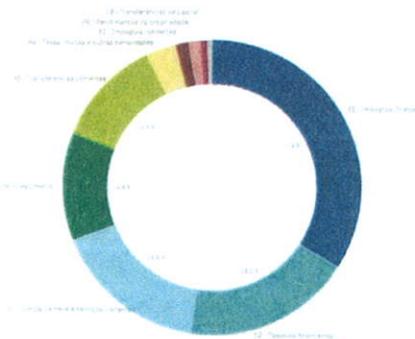
Serviço da Dívida

7.058.575 € ^{+12,9%}
% Var. Serviço da Dívida



DPSP / Receita Efetiva

58,7% ^{+3,2%}
% Var. DPSP / Receita Efetiva





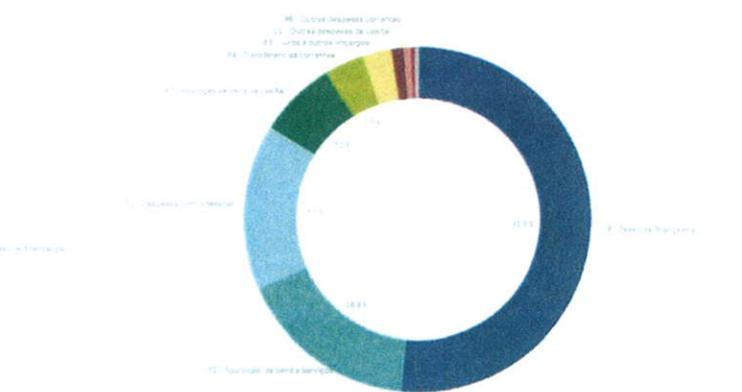
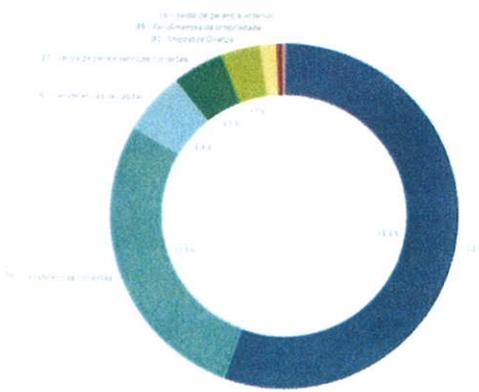
FAM
FUNDO DE APOIO
MUNICIPAL

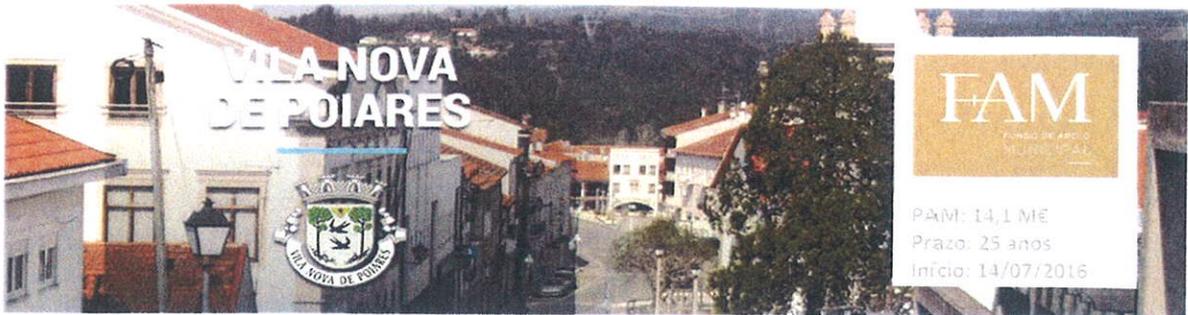
PAM: 16,6 M€
Prazo: 20 anos
Inicio: 13/09/2016

1T 2017

Principais Indicadores Financeiros

<p>Receita Efetiva 9.084.164 € ^{2,4%} % Var. Receita Efetiva</p>	<p>Dívida Financeira 13.298.124 €</p>	<p>Saldo Global Efetivo -749.163 € ^{2.789.778 €} € Var. Saldo Global Efetivo</p>
<p>Despesa Efetiva 9.833.328 € ^{-20,8%} % Var. Despesa Efetiva</p>	<p>Dívida Não Financeira 4.573.362 €</p>	<p>Saldo Primário Efetivo -196.765 € ^{2.254.859 €} € Var. Saldo Primário Efetivo</p>
<p>Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida 14.208.355 € ^{-5,5%} % Var. DPSP</p>	<p>Dívida Total Relevante 18.527.566 €</p>	<p>Despesa de Investimento / Receita Efetiva 16,2% ^{8,4%} % Var. Deso. Invest. / Receita Efetiva</p>
<p>Receita Corrente 7.851.034 € ^{3,3%} % Var. Receita Corrente</p>	<p>Despesa Corrente 8.046.533 € ^{24,3%} % Var. Despesa Corrente</p>	<p>Saldo Total 123.637 € ^{2.728.748 €} € Var. Saldo Total</p>
<p>Receita de Capital 12.658.130 € ^{0,3%} % Var. Receita Capital</p>	<p>Despesa de Capital 12.338.994 € ^{0,6%} % Var. Despesa Capital</p>	<p>Transf. e Subs. / Receita Efetiva 9,2% ^{3,4%} % Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efeti...</p>
<p>Receita Própria 2.113.830 € ^{5,8%} % Var. Receita Própria</p>	<p>Serviço da Dívida 11.043.568 € ^{-4,6%} % Var. Serviço da Dívida</p>	<p>DPSP / Receita Efetiva 156,4% ^{-13,8%} % Var. DPSP / Receita Efetiva</p>





Principais Indicadores Financeiros

1T 2017



Receita Efetiva

7.067.525 € ^{18,6%} Var. Receita Efetiva



Despesa Efetiva

6.827.460 € ^{27,8%} Var. Despesa Efetiva



Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida

14.320.772 € ^{3,8%} Var. DPSD



Receita Corrente

6.515.902 € ^{5,0%} Var. Receita Corrente



Receita de Capital

11.975.408 € ^{7,7%} Var. Receita de Capital



Receita Própria

2.990.970 € ^{4,2%} Var. Receita Própria



Dívida Financeira

14.071.648 €



Dívida Não Financeira

2.168.122 €



Dívida Total Relevante

16.303.745 €



Despesa Corrente

5.664.522 € ^{35,2%} Var. Despesa Corrente



Despesa de Capital

12.823.129 € ^{4,5%} Var. Despesa de Capital



Serviço da Dívida

12.174.013 € ^{25%} Var. Serviço da Dívida



Saldo Global Efetivo

240.066 € ^{3.382.206 €} Var. Saldo Global Efetivo



Saldo Primário Efetivo

802.443 € ^{3.667.323 €} Var. Saldo Primário Efetivo



Despesa de Investimento / Receita Efetiva

16,4% ^{5,3%} Var. Despesa de Invest. / Receita Efetiva



Saldo Total

3.658 € ^{3.022.864 €} Var. Saldo Total



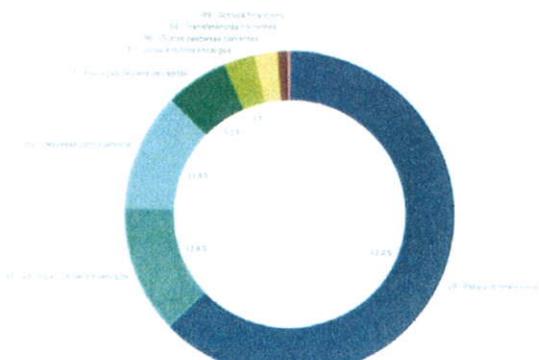
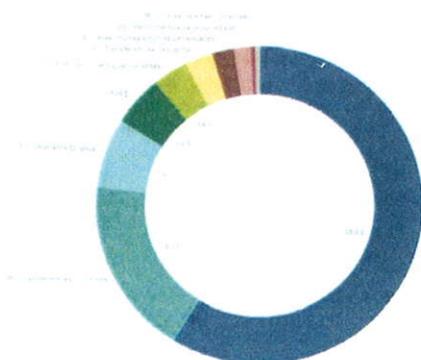
Transf. e Subs. / Receita Efetiva

2,7% ^{0,2%} Var. Transf. e Subs. / Receita Efetiva



DPSD / Receita Efetiva

202,6% ^{1,3%} Var. DPSD / Receita Efetiva





Principais Indicadores Financeiros

1T 2017



Receita Efetiva

7.749.753 € ^{+9,0%} (vs. Receita Efetiva)



Dívida Financeira

18.619.262 €



Saldo Global Efetivo

896.524 € ^{+148,53%} (vs. Saldo Global Efetivo)



Despesa Efetiva

6.853.229 € ^{+2,0%} (vs. Despesa Efetiva)



Dívida Não Financeira

0 €



Saldo Primário Efetivo

1.344.381 € ^{+198,51%} (vs. Saldo Primário Efetivo)



Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida

22.656.037 € ^{+1,3%} (vs. DPSD)



Dívida Total Relevante

18.620.660 €



Despesa de Investimento / Receita Efetiva

6,8% ^{-1,7%} (vs. Despo Invest. / Receita Efetiva)



Receita Corrente

7.019.154 € ^{+1,3%} (vs. Receita Corrente)



Despesa Corrente

6.190.254 € ^{+3,8%} (vs. Despesa Corrente)



Saldo Total

97.401 € ^{+191,27%} (vs. Saldo Total)



Receita de Capital

19.473.300 € ^{+0,1%} (vs. Receita de Capital)



Despesa de Capital

20.204.799 € ^{+0,2%} (vs. Despesa de Capital)



Transf. e Subs. / Receita Efetiva

10,6% ^{-3,5%} (vs. Transf. e Subs. / Receita Efetiva)



Receita Própria

1.975.358 € ^{+11,7%} (vs. Receita Própria)



Serviço da Dívida

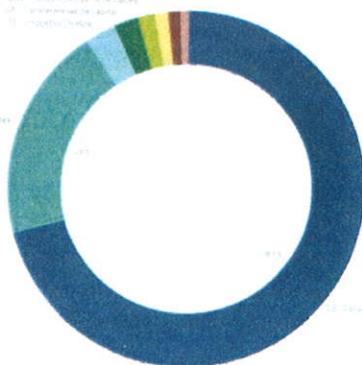
19.766.313 € ^{+4%} (vs. Serviço da Dívida)



DPSD / Receita Efetiva

292,3% ^{+1,5%} (vs. DPSD / Receita Efetiva)

01 - Receita de Impostos e Contribuições
02 - Receitas de Participação em Empresas
03 - Receitas de Transferências
04 - Receitas de Venda de Bens e Serviços
05 - Outras Receitas



01 - Serviço da Dívida
02 - Despesa Corrente
03 - Despesa de Capital
04 - Outras Despesas

